

Exmos. Senhores;

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN, na sua reunião de dia 18 de Maio de 2021, decidiu subscrever o parecer da CGTP-IN, que se anexa, em relação ao Projecto de Lei nº 812/XIV(PSD).

Com os nossos melhores cumprimentos,

Cristina Nunes

União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN

## **PROJECTO DE LEI Nº 812/XIV/2ª (PSD)**

**Altera o regime jurídico-laboral do teletrabalho (décima nona alteração ao Código do Trabalho e primeira alteração da lei nº 98/2009, de 4 de Setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais)**

**(Separata nº 53, DAR, de 30 de Abril de 2021)**

### **Apreciação Geral**

A CGTP-IN há muito que vem alertando para os perigos inerentes ao teletrabalho, nomeadamente desde a introdução do respectivo regime jurídico no Código do Trabalho. Já no quadro da presente pandemia, foi claro desde o início que o regime em vigor era caracterizado pela insuficiência no que se refere à protecção do trabalhador, momento em que nos foi possível observar uma autêntica explosão no número de trabalhadores que, de forma quase imediata, se viram forçosamente confinados aos seus domicílios.

De uma forma geral, a CGTP-IN considera que a regulamentação do teletrabalho deve passar, essencialmente, pelas seguintes matérias:

- A obrigatoriedade de acordo escrito como condição de validade formal e material da prestação a actividade em regime de teletrabalho;
- O estabelecimento de uma garantia de reversibilidade da decisão, cujas condições devem de ser objecto do acordo escrito;
- A obrigatoriedade de que os instrumentos de trabalho são da responsabilidade da entidade patronal;
- O estabelecimento de uma compensação pecuniária, a título de abono, evitando uma contabilidade de despesas que é sempre duvidosa e consagrando a ideia de que o teletrabalho constitui uma forma de organização do trabalho mais onerosa para o trabalhador;
- O estabelecimento de um horário que evite colisões entre o trabalho e a vida doméstica de quem coabita com o trabalhador;
- O agravamento do quadro sancionatório contra-ordenacional;
- A duração limite da prestação da actividade em regime de teletrabalho;
- A adequação das condições de SST, vigilância da saúde aos trabalhadores em teletrabalho e reparação dos acidentes de trabalho;
- Reforço das garantias de privacidade e reserva de intimidade da vida privada;
- O princípio de que corre por responsabilidade da entidade patronal, qualquer falha tecnológica que impeça a prestação laboral;
- Estabelecimento, em concreto, das condições de exercício da liberdade sindical;

## **Em Especial:**

Abordando alguns dos aspectos atrás enunciados, na maioria dos casos, o Projecto-Lei do PSD opta por uma abordagem aparentemente neutral que, na prática, apenas resultará na manutenção da desregulação vigente e no estabelecimento de uma forma de organização do trabalho que comportará maiores custos para o trabalhador.

Como a experiência e a prática nos diz, sempre que a lei assume uma suposta neutralidade, tal significa que, na prática é quem tem mais poder que passa a impor as suas condições. É o que sucede na relação de trabalho. Perante o poder de direcção e disciplinar da entidade patronal, pouco pode o trabalhador isolado. O direito do trabalho não é um direito de empresa, é um direito de condições mínimas, de grande importância numa sociedade democrática. O direito do trabalho delimita a margem de liberdade que um trabalhador detém durante o seu tempo de trabalho.

Daí que a formulação utilizada a respeito das despesas não seja minimamente satisfatória. Deixando ao critério de um acordo, que sabemos na prática o trabalhador não ter poder para negociar, ou para regular na contratação colectiva, uma contratação colectiva bloqueada por um injusto e inconstitucional regime de sobrevivência e caducidade, é deixar nas mãos das entidades patronais o poder de compensar ou, simplesmente, apropriar-se de uma parcela do rendimento do trabalhador, que transfere para o custeio de despesas antes assumidas pela empresa.

Por outro lado, a manutenção da possibilidade de entrada de alguém, na casa do trabalhador, sem sua autorização, é também inaceitável, na medida em que faz da residência do trabalhador uma extensão da empresa, violando os eu direito à propriedade privada e à intimidade do seu lar.

Com excepção da clarificação do local de trabalho em matéria de reparação e acidente de trabalho, o projecto-lei do PSD mantém inalteráveis as grandes insuficiências do regime actual, nomeadamente, as que mais afectam o trabalhador na sua remuneração, liberdade e privacidade.

Nesse sentido, o presente Projecto não pode merecer o nosso parecer positivo.

Lisboa, 14 de Maio de 2021